

Desigualdades do género agravam pobreza

Notícias, Sociedade, 04.11.2017, Pág 05, ed 30.221

CERCA de 12 milhões de moçambicanos vive em situação de pobreza, que é agravada pelas desigualdades de género e difícil acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva por parte das mulheres.



Cidália Chaúque recebe um exemplar do relatório das mãos da representante da UNEFPA, Andrea Woynar

A conclusão é do relatório da população mundial de 2017, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNEPFPA), ontem em Maputo. O relatório enfatiza que o crescimento populacional, ao longo dos últimos 20 anos, não foi acompanhado pelo incremento económico, o que mantém grande parte da população em situação de privação. Este cenário é reforçado pelo facto de prevalecerem desigualdades no acesso aos serviços

de saúde sexual e reprodutiva, sobretudo no diz respeito aos métodos contraceptivos, entre o meio rural e urbano. Este factor aumenta o número de gravidezes indesejadas, num contexto em que uma em cada duas raparigas, dos 15 aos 19 anos, torna-se mãe no país.

A taxa, segundo o documento, é três vezes maior nas províncias do norte do país, em relação a zona sul do país. Em termos globais, a UNEFPA aponta que nos países em desenvolvimento,

20% das mulheres mais pobres são propensas a terem partos sem assistência do que as 20% mais ricas.

Em Moçambique, aponta o relatório, 70 por cento das mulheres têm menos chances de concluir o ensino secundário em relação aos homens. Como consequência, a taxa de analfabetismo nas raparigas é duas vezes maior nas raparigas do que no sexo masculino.

Como soluções, o relatório da UNEFPA advoga maiores

investimentos nos grupos desfavorecidos, promoção da saúde e dos direitos dos jovens, em particular as mulheres, através da criação de mais oportunidades de emprego e escolarização. Com este designio, mais pessoas desfavorecidas poderão participar da produtividade e no mercado de trabalho.

Por sua vez, a ministra do género, criança e acção social, Cidália Chaúque reafirmou o compromisso do país em atingir as metas dos Objectivos do

Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, que nos seus pilares, centram na promoção da igualdade do género e empoderamento das mulheres.

“Eliminar todas as formas de violência e discriminação praticada contra as mulheres, incluindo o tráfico e exploração sexual, combater os casamentos prematuros e assegurar o acesso universal aos direitos sexuais e reprodutivos, são também metas nacionais para atingirmos até 2030” destacou.